

ELÍSIO ESTANQUE

CLASSE, STATUS E LAZER

nº 37
Setembro 1993

Oficina do CES
Centro de Estudos Sociais
Coimbra

OFICINA DO CES

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça de D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087 — 3000 COIMBRA

Elísio Estanque (*)

Classe, *Status* e Lazer

A propósito do *lazer* e dos seus modos de uso, o presente texto procura reflectir sobre a problemática das classes¹, articulando a vertente das *relações de produção* com a dimensão mais vasta do contexto cultural. Tendo presente algumas análises de inspiração weberiana em torno dos processos de formação das classes, tentarei desenvolver a hipótese da complementaridade entre o conceito marxista de classes e o de *grupo de status*, argumentando que tal conexão é visível, quer na produção de estruturas de consentimento no local de trabalho, quer na afirmação de modalidades de ocupação dos *tempos livres*, ou seja, no campo das *relações de lazer*. A condição operária é geralmente pensada a partir da sua determinação económica, mas quando passamos para um nível menos abstracto de pensamento, por exemplo a reflexão sobre a história da sua formação como classe, torna-se inevitável termos presentes os aspectos contextuais e simbólicos situados, quer dentro, quer fora da esfera do trabalho industrial². É neste sentido que as práticas de lazer podem conceber-se como inseridas no processo mais geral de estruturação das classes.

Referir-me-ei, em primeiro lugar, à actualidade da análise das classes situando sucintamente o papel da ideologia nas relações de trabalho e na definição das condições da acção colectiva. Nos pontos seguintes tentarei partir da perspectiva culturalista das classes, para me centrar na acção do Estado e no seu papel hegemónico na reprodução das desigualdades através do lazer. Finalmente, procurarei mostrar a possibilidade de conjugação entre classes e

(*) Docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais.

¹ Fundamentalmente, tendo como preocupação a formação da classe operária.

² Procurei mostrar essa articulação em artigo publicado na *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 34, 1992.

status na luta social pela apropriação simbólica dos usos *distintos* do lazer.

1. A actualidade da análise de classes

Para introduzir a temática das classes sociais, queria referir-me à ideia corrente, hoje em dia muito divulgada, de que as sociedades actuais avançam para uma total fragmentação das classes, ao ponto de cada vez fazer menos sentido, alegadamente por anacronismo, a utilização deste conceito. Apesar de penetrar no próprio terreno da sociologia, tal ideia constitui claramente uma ingenuidade. Ela baseia-se na impressão ideológica de que as antigas contradições de classe inelutavelmente se esboroam em fragmentos sociais cada vez mais ínfimos. Se assim fosse, teríamos de concluir que o mundo de hoje caminha para uma espécie de palco gigante onde, no limite, apenas detectamos diferenças individuais e que as sociedades capitalistas estariam — a coberto da sigla da "pós-modernidade" — a despir-se das suas principais estruturas. Creio, pois, que esta concepção fragmentária levada ao extremo equivale, em termos sociológicos, a uma visão atomística da vida social. A ideia da recentragem no actor, na micro-estrutura e no indivíduo corre o risco de se confundir com a ideologia individualista, liberal e tecnocrática hoje dominante. A rigidez teórica e preconceituosa que essa atitude por vezes esconde não se compadece com a necessidade de uma permanente reconceptualização de categorias teóricas que, apesar de esgotadas na sua fórmula ortodoxa, continuam a ser preciosos instrumentos para a reflexão e análise sociológicas. Tal é o caso do conceito de classe social.

Contrariando uma ideia herdada do marxismo clássico segundo a qual as relações de produção no capitalismo geram, acima de tudo, antagonismo e conflito de classes, Michael Burawoy (1979) sustenta que as relações *na* produção, entre capitalistas e trabalhadores, reflectem simultaneamente

elementos de conflito e de consentimento. A história do capitalismo tem mostrado que as classes trabalhadoras, ao mesmo tempo que são exploradas, aceitam, em muitos casos, essa exploração e participam activamente na produção de mecanismos ideológicos de aceitação. Deste ponto de vista, subverte-se a velha dicotomia base/superestrutura, dado que a própria estrutura das relações de produção é entendida como um processo que, simultaneamente, gera transferências de mais-valia (exploração) e mecanismos de dominação e de integração. O capitalismo produz as condições da sua própria reprodução, ou seja, a aceitação da exploração é determinada por uma estrutura que não é fundamentalmente *económica* mas, antes, resultante da estrutura das classes na sua tripla dimensão política-ideológica-económica no sentido poulantziano.

Este problema remete directamente para a questão dos interesses e dos antagonismos de classe. Trata-se, pois, da questão «política» da luta de classes. A *dominação* tem sido um fenómeno atribuído à capacidade de as classes poderosas imporem a submissão dos grupos subordinados face aos seus interesses de classe. Mas a dominação, por si só, não chega para definir os *interesses objectivos* que estão em oposição. Erik Olin Wright (1985), por exemplo, propõe-se resolver este ponto estabelecendo uma clara diferença entre *opressão* e *exploração*, dando prioridade a esta última noção na estruturação das clivagens classistas. Segundo ele, existem na sociedade múltiplas opressões que se exercem sobre as mais diversas situações de pobreza, exclusão ou marginalidade. Porém, a opressão (que pode existir também entre pais e filhos, por exemplo) não gera necessariamente interesses opostos. Apenas a situação de *exploração*, isto é, aquela em que "o bem-estar de uns se realiza a expensas do bem-estar de outros", produz interesses materiais opostos. Nenhum indivíduo tem um *interesse objectivo* em ser

explorado. Relações de exploração geram, inevitavelmente, interesses objectivos antagónicos, muito embora a sua expressão (subjectiva) revele muitas vezes atitudes de anuência e aceitação. Neste sentido, dir-se-ia que o *verdadeiro interesse* está longe de coincidir com os *interesses manifestos* do agente, ou seja, os interesses subjectivamente definidos.

Esta linha de análise contraria a conhecida equação liberal segundo a qual os interesses do indivíduo são iguais aos seus interesses expressos, mas ao mesmo tempo, alimenta a suspeição de que alguma ortodoxia aí se esconde. Nomeadamente, no caso de Wright, a crença implícita de que o *verdadeiro interesse* da classe operária coincide com o interesse no socialismo. Conforme já lhe apontaram os (agora) *pós-marxistas*, Laclau e Mouffe, o conceito de interesses objectivos reflecte antes de mais "uma arbitrária atribuição de interesses, por razões de natureza política" (1985: 83).

A propósito dos modos de definição de interesses colectivos e de estruturação da acção colectiva, vale a pena uma rápida referência à tese de Claus Offe pelo que ela revela de inovador na compreensão da clivagem estrutural das classes polares em termos de formação do *interesse*. Os interesses colectivos não são um dado, são, sim, processos a serem estudados. O facto de os operários colaborarem, muitas vezes de forma activa, nos processos de produção de consentimento que geram e reproduzem a sua própria opressão e exploração em favor do capital constitui, em si mesmo, um fenómeno revelador de diferentes mecanismos que facilitam ou obstruem a própria definição dos interesses pelos próprios actores colectivos em presença.

Nos *regimes hegemónicos* (Burawoy, 1985) em que vivemos estão fundamentalmente em jogo os trunfos lançados pela lógica capitalista que se inscrevem nas representações do operário, desde logo quando este se vê a si mesmo como um *indivíduo livre*, antes de se ver como um membro da classe. A

existência de discrepâncias entre os *interesses subjectivamente definidos* e os *interesses reais* pode eventualmente detectar-se na generalidade dos actores sociais — indivíduos, grupos ou classes — pois a presença das ideologias e contra-ideologias faz parte do curso da vida social. Contudo, o que deve realçar-se é que tais discrepâncias são indiscutivelmente muito maiores para a classe operária do que para os capitalistas. É muito mais fácil ao capital reconhecer e identificar o seu próprio interesse (por ex. o interesse de acumulação) do que à classe trabalhadora, defrontada com as ambiguidades que derivam do facto de a mercadoria que vende no mercado de trabalho (força de trabalho, o próprio corpo) estar indissociavelmente ligada ao próprio trabalhador. A procura individual do lucro por parte do capitalista assim como a sua capacidade e poder de decisão pessoal não se opõem, antes concretizam, os *interesses globais* de expansão do capital e reproduzem a posição de classe da burguesia um tipo de *acção monológica* (Offe e Wiesenthal, 1984:86). Ao contrário, para o operário, a percepção do seu interesse traduz-se necessariamente numa acção colectiva de tipo *dialógico*, cujo processo de realização implica complexas formas de negociação inter-individuais dentro da própria classe, ficando deste modo muito mais sujeito às pressões cruzadas das formas de representação colectiva (de um lado) e da ideologia da classe dominante (de outro).

A percepção do interesse não pode, pois, deixar de situar-se no âmbito de consciências particulares, mais ou menos espontâneas, isto é, ela emerge de ideologias. No seu importante livro sobre as ideologias, Therborn sustenta que elas são o cimento que liga o conjunto das experiências particulares e dispersas umas às outras e, ao mesmo tempo, estruturam uma representação do passado e do futuro esperado (1980:53 e ss). É uma espécie de "fantasia concreta" e prática que desencadeia uma vontade colectiva particular, criando condições para uma acção conjugada de grupo ou de classe. Não existem, portanto,

simplesmente ideologias de classe. Ao lado destas, situam-se configurações ideológicas entre diferentes conjuntos, sub-grupos e membros individuais de uma dada classe, num dado momento histórico e num dado contexto espacial³. Podemos, neste sentido, conceber a ideologia na perspectiva de Moscovici, como um quadro de *representações sociais*, a partir do qual a interacção social ganha sentido colectivo e a comunicação se torna viável, participando na estruturação das identidades e, concomitantemente, na produção de práticas de diferenciação social. É a partir desta concepção que poderemos ver uma aproximação entre os processos colectivos marcados pelas identidades oriundas do contexto envolvente e a formação das estruturas classistas que emergem do interior das relações sociais *na* produção.

Como se conjuga então esta reflexão com a problemática do lazer? Porquê um interesse específico no estudo de práticas situadas no espaço por vezes designado como do *tempo livre*? Que relação poderá ser estabelecida entre o espaço do lazer e a formação da classe?

Uma primeira linha de aproximação parte da concepção de lazer em que este conceito é definido por referência ao campo do trabalho. Stanley Parker foi um dos autores que mais insistiu em que a esfera do lazer e a do trabalho constituem campos de relações sociais em estreita articulação. Lazer é, para ele, o "tempo livre das obrigações quer para si próprio quer para outros — o tempo para realizar o prazer de cada um" (1983:10). Quer se trate do lazer da classe operária, quer do lazer dos profissionais de nível superior, de acordo com esta abordagem, é na esfera laboral que é estruturada a orientação para as experiências de lazer. Além disso, as próprias situações laborais combinam

³ As *ego-ideologias* da classe operária, por exemplo, traduzem-se na orientação para o trabalho manual, na capacidade e destreza da força física, na distinção trabalho/lazer, etc., e combinam-se com as *alter-ideologias* — em que os trabalhadores se vêem como agentes livres no mercado de trabalho e vendem uma mercadoria "especial" que lhes confere propensão à solidariedade e força negocial.

elementos de prazer e realização pessoal com elementos de opressão e alienação. Parker propôs mesmo uma tipologia, relacionando esses dois aspectos com as diferentes categorias socio-profissionais, à qual voltarei na última parte, a propósito dos usos do lazer pelas diferentes classes.

Entretanto, deve notar-se que a articulação entre o campo do lazer e o do trabalho se pode estabelecer a outros níveis de análise. Talvez, desde logo, ao nível das identidades e das interações quotidianas no espaço produtivo possamos detectar essas formas de articulação. A formação da classe operária, apesar da sua suposta determinação pela *instância económica*, desde cedo se apoiou em laços de solidariedade colectiva forjados no dia-a-dia das relações de trabalho, onde a afectividade e o convívio informal constituem importantes ingredientes.

Por muito fortes que sejam os constrangimentos no trabalho, não há modelo produtivo ou organização burocrática, como já mostrou Crozier, capazes de anular por completo a criatividade, a afectividade e a imprevisibilidade humanas. A ideia de que *no trabalho não se brinca (all work and no play)* é notoriamente exagerada. As entropias burocráticas e os excessos de planeamento das grandes companhias multinacionais obrigaram ao reconhecimento de que as actividades recreativas, desportivas, etc., devem ser reincorporadas na estratégia económica das empresas de "excelência", o que revela, antes de mais, uma forma de manipulação simultânea do lazer e do trabalho por parte do capital.

Mesmo no ambiente fabril, onde se forjou a força social e política da classe operária, é preciso referir a importância dos intervalos, da hora de almoço, da saída do trabalho, da taberna ou do quiosque ao lado da fábrica e, inclusivamente, das muitas ocasiões em que no contexto laboral se proporcionam comportamentos, brincadeiras, gestos e conversas que podem

ser vistos como parte das relações de lazer. Esta componente é sublinhada por Stanley Parker, que considera que "as actividades de lazer (...) são o cimento das relações sociais no trabalho e a fábrica da cultura ocupacional" (in Dowson, 1986: 50). Michael Burawoy também chamou a atenção para a importância da dimensão simbólica das anedotas e piadas, da brincadeira e do jogo que encontrou no mundo operário dos países do Leste europeu, vendo aí uma expressão subversiva da oposição dos trabalhadores à máquina estatal e partidária, apesar da sua aparente adesão ao discurso oficial e à participação na *pintura do socialismo* (Burawoy, 1988).

A cultura operária pode também constituir um exemplo de como as actividades extra-trabalho, como por exemplo as relações de vizinhança nos bairros populares e nas comunidades urbanas, criaram, ao longo do processo de industrialização em torno das grandes cidades, espaços de acção e de identidade cultural, em grande medida estruturados em torno da sua expressão lúdica e festiva, os quais constituíram e constituem elementos decisivos para cimentar a força colectiva e a coesão cultural da classe operária.

Penso que, globalmente, a incorporação da vertente cultural por parte da perspectiva teórica das classes é um caminho que nos aproxima da sua vinculação ao campo do lazer.

2. Trabalho, cultura e lazer

A actualidade da análise das classes tem exigido várias reconceptualizações, nas quais sobressai cada vez mais a dimensão cultural. Entendida desde cedo como um campo de refacção das estruturas classistas, a vertente cultural tem vindo a favorecer, a nível teórico, a reactualização do conhecimento sociológico em torno da perspectiva marxista sobre as classes.

O processo histórico de emergência da classe operária inglesa, estudado

por E. P. Thompson, colocou a ênfase precisamente nas vertentes cultural e histórica, aspectos para ele bem mais decisivos do que a "consciência" para a formação de uma classe: "A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade dos seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses divergem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram — ou entraram involuntariamente". Rejeitando a ênfase marxista na consciência de classe, "invenção de intelectuais", Thompson dá importância à experiência de classe: "a consciência é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais" (1987:10).

Porém, se o sistema produtivo capitalista se acomoda por vezes aos diferentes quadros culturais de chegada, o triunfo da "boa sociedade" burguesa com a sua nova moral de "bons costumes" perseguiu de forma impiedosa os "excessos" de certas formas de expressão recreativa das "classes populares". Tendo a fábrica sido inicialmente considerada o principal meio de adestramento face às paixões insubmissas dos pobres e à rudeza dos seus costumes, a pedagogia era completada pela acção da Igreja (metodista) e por associações voluntárias e filantrópicas que começaram a surgir, como por exemplo a "Sociedade pela Supressão do Vício" — tudo no sentido de impor a necessária ordem e disciplina social às "desajeitadas" classes populares para quem a política do "pão e circo" pareceu por vezes insuficiente (Thompson, 1987:293).

Num sentido, que talvez possa ser considerado oposto, vai o contributo de Bourdieu para a análise das classes: no fundo, acentuando a capacidade de adaptação e aceitação pela classe operária da lógica reprodutiva dominante. Mesmo as posições mais críticas em relação ao quadro teórico de Bourdieu

difícilmente negarão a importância da sua abordagem, nomeadamente no caso das classes. As suas propostas têm contribuído para revigorar este domínio da pesquisa sociológica, não só pela inovação teórica, mas igualmente pelos inúmeros estudos empíricos que têm vindo a inspirar, desde os anos 70. Dando ênfase à dimensão simbólica nas relações e práticas sociais, fundamentalmente na esfera do consumo e da reprodução, aspectos até então secundarizados pelos marxistas, tem influenciado importantes alterações às nomenclaturas oficiais das categorias socio-profissionais em diversos países europeus. Tal facto mostra, desde logo, que a própria taxionomia é reconhecidamente uma linguagem que prescreve níveis de *status* e hierarquias sociais que — embora geralmente legitimados com argumentos de carácter técnico-estatístico, são reflexo de uma luta entre categorias sociais — se inserem-se na luta de classes (cf. Bourdieu, 1975; Merllie 1983; Desrosières *et al.*, 1983).

Mas a introdução da *distorção culturalista* pelas teorias de Bourdieu revela-se importante a outros níveis da análise das classes. Como tenta mostrar o recente livro de Klaus Eder (1993:63), algumas das vias em que essa *refracção cultural* das classes se fez sentir são, por um lado, a superação da dicotomia base/superestrutura e a integração na análise de práticas culturais específicas de classe e, por outro lado, tomar a própria descrição teórica das classes (classes no papel) como uma instância da estrutura das classes.

Deste modo, as *posições de classe objectivas* são moldadas pela cultura (isto é, capital cultural) no sentido em que os comportamentos colectivos evidenciam a relação dos sujeitos com o esquema de classificação específico de "*habitus* de classe" particulares. Assim, mais do que a consciência, são as experiências vividas e incorporadas por cada condição de classe que afirmam e estruturam na prática uma determinada trajectória ou situação de classe (Bourdieu, 1987).

Além disso, Bourdieu propõe-nos um quadro teórico que, (não obstante a ênfase por vezes excessiva na reprodução), nos permite entender a interdependência entre a macro-estrutura sócio-económica e os processos de nível médio, dando ênfase, por exemplo, às trajectórias de classe que se traduzem em estratégias de reconversão dos diferentes componentes do capital (Bourdieu, 1979). Em termos estruturais é possível, a partir desta perspectiva, olhar os próprios processos demográficos e movimentos de mobilidade vinculados às exigências político-económicas de cada conjuntura histórica, impondo aos sujeitos *ilusões de escolha* através de complexos mecanismos de dominação. A acção de reconversão hegemónica dos sistemas simbólicos de classificação apoia-se, em grande medida, no *esforço* das próprias classes subordinadas (médias e populares), em participar na lógica de legitimação exercida pela cultura dominante. A configuração discursiva das classes umas em relação às outras (ou seja, os seus diferentes *sistemas de classificação*), torna-se parte da própria realidade das classes. Este conceito construtivista de classe pode substituir o clássico conceito materialista e, ao mesmo tempo, ajuda a ultrapassar a velha dicotomia classe em si/classe para si (Eder, 1993:65). Em suma, o que importa reter para já é que a abordagem culturalista nos permite entender os processos de formação das classes a partir de espaços sociais exteriores às relações de produção.

No seguimento desta ênfase na ideia de assimilação e reprodução por parte das classes populares, gostaria de sublinhar que, no meu entender, a análise das classes sociais ao ser relacionada com a dimensão do consumo não deve nunca esquecer o antagonismo de interesses em jogo, as relações de poder e de exploração e, acima de tudo, não deve esquecer que as classes têm que ser pensadas em termos da sua acção e da sua luta colectivas — conscientes ou não. John Urry (1982), pondo a tónica neste aspecto, subscreve

a ideia de que ao lado dos antagonismos da *luta de classes* resultantes da transferência de mais-valia na esfera produtiva, existe um outro nível onde encontramos *classes em luta*. Ao contrário da *luta de classes*, as *classes em luta* mantêm uma relação mais indirecta com os meios de produção e podem ser concebidas em termos da sua acção prática (a sua luta) dirigida não necessariamente *contra* outra classe, mas sim através duma *interpelação* do Estado ou das grandes empresas. As relações sociais de produção estruturam as lutas de classes ou as *lutas populares-democráticas*,⁴ mas não as determinam. Tal estruturação é, para Urry, efectuada através de um conjunto de *mecanismos de mediação* tais como: a divisão sexual e doméstica do trabalho; a organização espacial do trabalho e da residência; a filiação sindical; as características étnicas, raciais e religiosas; a pertença a associações artísticas e de lazer; etc..

Embora de um modo geral se possa afirmar que o espaço do lazer (e com ele todas as actividades da esfera do consumo) se vem tornando um fenómeno cada vez mais central na dinâmica de mudança das sociedades capitalistas avançadas, a atitude a adoptar na compreensão desse fenómeno não deixa de se revelar difícil. Deveremos aceitar a concepção liberal que situa o problema fora das relações de dominação, considerando que os indivíduos têm semelhantes oportunidades de participação na base da 'livre escolha'? (Roberts, 1970). Segundo a tese da *afluência*, a cultura da classe trabalhadora é concebida como integrada na tendência geral para a massificação tendendo a assimilar os valores e padrões de lazer da classe média. Deveremos dar mais relevo à capacidade hegemónica do Estado na sua acção de "civilização do lazer" reproduzindo por essa via as classes e as desigualdades sociais? Ou será antes preferível dar mais atenção às acções de luta e estratégias de

⁴ Estas, entendidas como interclassistas, vão no sentido da oposição Estado-Povo.

usurpação da classe operária — nos espaços de lazer como nos do trabalho — na conquista do direito ao lazer, afirmando aí a sua capacidade de classe?

3. O Estado e a acção hegemónica sobre as relações de lazer

A articulação entre as classes e as comunidades locais ou estruturas regionais passa pela relação com a dominação do Estado. As classes, tal como a identidade da nação e a massificação do consumo, são fenómenos que resultam da confluência de processos contraditórios, isto é, da lógica *homogeneizante* do Estado e da lógica *particularizante* das comunidades.

Num sentido, o processo global de industrialização, impõe novas formas de dominação às comunidades tradicionais e faz emergir novas condições sociais e novas classes. A presença dos mecanismos económicos e das instituições estatais impõe a sua hegemonia às culturas pré-industriais e à tradição local, segregando modelos de regulação e formas de opressão favoráveis ao capital. Noutra sentido, a diversidade cultural e a tradição ligada a essas comunidades não deixam de resistir a essa presença homogeneizante. Também elas transportam uma lógica reprodutiva de nível micro e uma força de inércia que tende a preservar os quadros de vida e os sistemas culturais herdados do passado, entrando por vezes em choque com a racionalidade económica dominante e com as suas exigências produtivistas e consumistas.

A interpenetração entre estes dois mundos — o mundo industrial e o mundo rural — continua, como se sabe, em processo e, mesmo nas sociedades mais avançadas, persistem ainda formas culturais matizadas, apesar do domínio económico e político do mundo industrial.

A necessidade de expansão do consumo de massas surgiu, na forma do *Welfare State*, como uma espécie de terapia complementar aos direitos do trabalho que o movimento operário conseguiu conquistar às classes

dominantes. Principalmente a partir de meados deste século, com a emergência do modelo de regulação fordista, o capitalismo foi chamado a governar pelo consentimento, procurando enquadrá-lo no crescimento económico de longo prazo. Para tal teve de apelar a elementos, materiais e simbólicos, de carácter supra-classista, onde se destacaram as estratégias de afirmação das identidades e culturas nacionalistas. Já no período anterior, os regimes autoritários e fascistas da Europa tinham tentado impor um tipo de “cultura de consentimento”, produzindo não só trabalhadores diligentes como consumidores disciplinados e submissos. (Grazia, 1981).

O processo histórico de desenvolvimento capitalista não só tem vindo a impor às sociedades uma racionalidade geral da vida económica, mas, ao mesmo tempo, tem vindo a proceder à institucionalização de formas expressivas da vida social e cultural. A presença constante das organizações económicas ou estatais orienta-se segundo essa acção de imposição, através de mecanismos de sujeição e conformidade tendentes a conduzir a cultura do seu nível mais primário e espontâneo para o nível mais explícito e técnico. Nesse processo de institucionalização, qualquer cultura perde em espontaneidade e criatividade o que assimila em termos de valores de enquadramento racional. Mas isso não significa que os símbolos de expressividade espontânea, isto é, que a parte criativa da cultura, desapareça por completo. As culturas são realidades altamente complexas e dinâmicas que contêm, ao mesmo tempo, elementos *oficiais-racionais* e elementos *primários-criativos*. Além disso, qualquer cultura procura sobreviver, pelo que tem necessidade de participar no processo de luta pela hegemonia cultural, o qual não se desenrola simplesmente ao nível político-ideológico, mas atinge os níveis mais profundos da estrutura mental dos sujeitos, estabelecendo os parâmetros normativos e culturais dos seus “estilos de vida”. O campo dessa luta entre culturas decorre assim sob liderança do

Estado, impondo a cultura dominante às sub-culturas tradicionais.

O fenómeno geral da institucionalização do lazer insere-se nesta lógica (Gramsci, 1985). O lazer não só se vem tornando cada vez mais institucionalizado e massificado, segundo as necessidades de expansão do consumo e do crescimento económico capitalista, como se assumiu em muitos países como uma das mais poderosas indústrias modernas. O lazer e o turismo passaram, desde meados do século, a constituir objectos decisivos da *disputa hegemónica* entre a racionalidade mercantilista (da economia capitalista) e homogeneizante (do Estado), por um lado, e a expressividade espontânea dos rituais recreativos, das culturas tradicionais, por outro. Parece hoje inegável a vantagem da primeira orientação.

Diversos estudos têm salientado a capacidade de as sociedades contemporâneas gerarem processos de diferenciação social através do acesso a modos diferenciados de produção dos espaços de lazer. Gama e Santos criticam a "ilusão igualitária", salientando que "os lazeres produzem uma distinção social através da distinção espacial" (1991:109). Essa distinção é, em grande medida, alimentada pelas agências oficiais, as quais preferem, é claro, impor racionalmente "necessidades" — de desenvolvimento, de progresso ou mesmo de "qualidade de vida" — em vez de responderem afirmativamente a "vontades" (Heron, 1991:180). Assim, parece-me fazer todo o sentido a ideia de que mecanismos como "a regulação estatal, o domínio do mercado, a família como instituição social, a divisão do trabalho pela classe e pelo género, (...) não são apenas um *background* para o estudo do lazer, eles são efectivamente incorporados na organização social do lazer" (Clarke e Critcher, 1985:226).

Grande parte dos autores que estudam as *relações de lazer* entendem que elas não devem ser estudadas fora das estruturas de poder da sociedade capitalista, embora o sistema económico não se limite a reproduzi-las, podendo,

do mesmo passo, transformar-se a si mesmo, pelo menos nalguns dos seus princípios base. Alguns, porém, como Chris Rojek (1985), procurando identificar os sinais positivos dos tempos recentes, sustentam que o desporto e outras actividades de lazer se tornaram menos violentos e o campo do lazer, mais compensador. Por isso, a sociologia do lazer deve apelar a uma sociologia do prazer. Procurando contribuir para tal, o autor propõe como orientações, que a actividade de lazer: 1) é um fenómeno da vida adulta envolvendo geralmente uma forma mimética onde a disciplina e o controle são atenuados; 2) se dirige a actores conhecedores e qualificados ; 3) é regulada por regras de legitimação, de prazer e de desprazer; e 4) constituiu um processo em aberto, baseado na, combinação dos princípios de privatização, individualização, comercialização e pacificação. (Rojek, 1985:180).

Esta perspectiva, que poderemos considerar *optimista*, acerca do acesso e dos usos do lazer, não deve, porém, inibir-nos de procurar enquadrar historicamente o estudo do lazer na dinâmica estrutural do capitalismo moderno. Tal condição é tanto mais decisiva, quanto mais se trate de compreender a estrutura das classes sociais e a sua dinâmica cultural em articulação com as relações de lazer.

Como atrás referi, as ditaduras europeias do século XX constituíram uma tentativa de disciplinar as classes trabalhadoras através da acção moral, levada até à esfera da vida privada das famílias trabalhadoras. Sem pretender ignorar as especificidades nacionais em cada um desses processos, refira-se o exemplo do *Doppolavoro* (Itália) estudado por Victória de Grazia segundo a qual esse processo se ficou a dever "em parte a uma reacção face ao operariado subversivo e em parte foi uma resposta para as ainda mais complicadas necessidades de um capitalismo organizado para os trabalhadores se tornarem consumidores disciplinados assim como operários diligentes, conduzindo a uma

vida familiar 'racional', e a um uso do lazer de modo eficiente." (Grazia, 1981:2).

No caso de Portugal, onde o lazer — em particular os tempos livres do operariado — foi, como se sabe, objecto de semelhante acção conjugada de moldagem e manipulação por parte do centralismo repressivo e doutrinário do Estado Novo, a criação, em 1935, da "Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho" (FNAT), tinha nos seus objectivos impedir ou travar a "falta de moralidade" que grassava nos costumes dos operários: "É preciso, através da ocupação útil das horas ociosas, desenvolver o seu verdadeiro aproveitamento (...), antes de mais que o trabalhador participe efectivamente na vida da família e assuma integralmente os encargos da sua autêntica chefia. (...) Há que evitar que o abuso da diversão exterior comprometa a coesão da célula familiar, se extravie dos seus deveres de orientação moral (...)" (FNAT, s/d). Mas apesar do investimento neste tipo de "terapia social", apoiada, como sabemos, nos "complementares" instrumentos de controlo e repressão, a submissão das classes subordinadas não deixou de oferecer alguma resistência, mesmo durante o salazarismo.

Restringindo-me ao campo do lazer, cito apenas o exemplo do movimento campista, surgido em Portugal nos princípios do século sob influência maçónica e que foi, no pós-guerra, palco de algumas disputas. Por um lado, a orientação doutrinária salazarista, zelosamente posta em prática pela "Mocidade Portuguesa", em prol do lema "pernas rijas, botas cardadas, estrada fora" e, por outro lado, a oposição democrática que, segundo um estudioso deste fenómeno, "lançou em 1946 uma campanha de *acampamentos populares* onde se liam, indisfarçáveis, as palavras de ordem [das organizações anti-salazaristas na clandestinidade] redigidas por Piteira Santos" (Pina, 1988: 131).

Nas últimas décadas, e situando-me agora ao nível mais global das sociedades avançadas, deve referir-se a importância da contestação social

exercida pelos novos movimentos sociais, nomeadamente os ambientalistas e ecologistas, os movimentos cívicos de luta pelo direito à justiça e cidadania, os novos direitos do consumidor (já amplamente reconhecidos), os movimentos de juventude, feministas, homossexuais, direitos humanos etc.. Se, por um lado, essas formas de acção revelam o seu carácter transclassista, podem, por outro lado, ser vistos como novas formas de criação de identidades (nomeadamente através da acção política) e, portanto, de afirmação de novas clivagens sociais (cf. Eyerman e Jamison, 1991; e Eder, 1993). Na própria esfera política são por vezes notórios alguns pólos de contestação em torno do lazer. As polémicas sobre a gestão do espaço (urbano ou paisagístico), as condicionantes sobre privatização de terras e construção, a regulamentação sobre a defesa do património, o direito à paisagem e à natureza, são exemplos que evidenciam a importância da acção reguladora do Estado e as situações conflituais que dela decorrem.

Apesar das novas e antigas formas de contestação e resistência, pode dizer-se que, nuns casos de forma mais violenta, noutros casos através de uma acção mais persistente e subtil, "no processo de capitalização do lazer, as classes subordinadas perderam muita da sua capacidade de produzirem formas de lazer 'indígenas' assim como o controlo dessa produção" (Dawson, 1988: 196).

4. Classes e grupos de *status*

Uma das razões que me parece justificar o interesse dos estudos sobre o lazer é o relevo crescente, nas sociedades avançadas, dos fenómenos ligados

ao consumo, à cidadania, às políticas sociais, à pobreza e ao desemprego estrutural, perante um mundo laboral e industrial que, cada vez mais, perde a centralidade de outras épocas. Em meu entender, esta tendência não justifica, contudo, a substituição do conceito marxista de classe seja por «*novos movimentos sociais*», «*ausência de sociedade*», «*actor*», «*não-classe*», ou qualquer outro tipo de «*fruição*» (cf. Gorz, 1980; Offe, 1984; Touraine, 1992).

O revigoração do conceito de *classe* no sentido marxista, passa pela sua conjugação com os de *status* e *classe* de Weber. Seja-me permitido situar brevemente o pensamento deste autor a esse respeito. O *grupo de status* é entendido como um "conjunto de homens em associação que reclamam uma consideração de status exclusiva de forma monopolista". De modo distinto, as "situações de classe" resultam de interesses univocamente económicos e são definidas a partir das "oportunidades típicas" oferecidas no mercado concorrencial (Weber, 1944:244 e 694). A importância das desigualdades económicas contém, pois, no seu cerne, um elemento de poder e dominação, mas a vertente cultural das identidades comunitárias do *grupo de status* é decisiva para modelar as condições de *uma acção de classe*.

Apesar de o *grupo de status* se situar num nível diferente da classe e de conter geralmente diferenciações interclassistas, não implica que sempre assim aconteça. Weber reconheceu que, com o avanço do capitalismo, a classe ganharia importância. As classes podem então considerar-se conjuntos sociais estruturados, não só a partir de uma situação comum face à propriedade dos meios de produção, mas fundamentalmente a partir do concurso de duas outras dimensões. A primeira baseia-se no grau de fechamento ou abertura das instituições face às "oportunidades típicas" e a segunda obedece à capacidade de organização e mobilização colectiva desses mesmos conjuntos, de acordo com os contextos culturais em que se movem. Deste modo, as identidades

próprias dos *grupos de status*, criadas principalmente na esfera do consumo podem, assim, ser consideradas como vectores externos de aprofundamento das solidariedades de classe. Sendo assim, o espaço do lazer deverá ser entendido como um desses vectores.

Nestes termos, a reflexão em torno do lazer exige, portanto, o seu enquadramento, quer pela cultura das comunidades locais, quer pela esfera do consumo — incluindo o *mercado simbólico* — ou seja, nos mesmos espaços em que são sediadas algumas formas de acção estruturadoras da classe. As propostas de autores como Giddens, Parkin e Goldthorpe vão nesse sentido. O *status* deixa de ser visto simplesmente como resultado de *qualities* e *performances* fundadas no mérito individual e no desempenho do papel à maneira parsoniana, o que significa que as "oportunidades" de angariação de prestígio resultam da luta de classes e não da concorrência individual. Segundo Giddens, as classes estruturam-se de acordo com o grau de *abertura* ou *fechamento* das suas fronteiras, num sentido, aliás, semelhante ao de Parkin. A capacidade de os indivíduos poderem mudar a situação de classe onde são colocados através da divisão técnica e social do trabalho — a forma de *estruturação imediata* — depende dos recursos disponibilizados pelo sistema de ensino, dos investimentos em tecnologias, na qualificação profissional, etc. — o mesmo será dizer que está estritamente ligada à forma de *estruturação mediata* (Giddens, 1975:128).

Na mesma linha, John Golthorpe tem vindo a insistir na importância dos estudos de mobilidade social entre diferentes posições de classe, considerando que "se os grupos possuem posições altamente vantajosas e de poder, não pode esperar-se que as abandonem sem luta, pois eles preferirão geralmente tentar explorar os recursos que podem comandar, no sentido de preservar a sua superioridade. Espera-se, por isso, que o surgimento da mudança apenas se dê

através da acção colectiva por parte dos que se encontram em posições inferiores, apoiados fundamentalmente na sua solidariedade e organização" (Goldthorpe, 1980:29). O que é comum a estas abordagens é a sua concepção da luta colectiva estruturada e organizada com vista à conquista das posições desejáveis — *estratégias de usurpação*; ou activando mecanismos de fechamento — *estratégias de exclusão* (Parkin, 1979:45).

A convocação do conceito de exploração, principalmente na base da desigual distribuição de *recursos inalienáveis* (ou seja, capacidades e habilidades), permite-nos pensar a existência de *exploração simbólica* ou *exploração de status* (Roemer, 1986). Ao mesmo tempo, torna-se possível estender a utilização desse conceito ao campo do lazer, tendo em conta que, como sugere Parkin, "alargar o significado do conceito de exploração a outras relações de dominação e sujeição, além da relação capital/trabalho, não implica passar de um uso científico para um uso moral, pois o sentido moral já lá está, seja qual for a forma da sua utilização" (Parkin, 1979:47). Para tal, ter-se-á que pensar, na linha de Bourdieu, equacionando o elevado prestígio de determinados espaços de consumo reservados às elites com o seu grau de fechamento social. O facto de se ocupar uma posição distinta na hierarquia de *status* depende das credenciais simbólicas e culturais possuídas que conferem acesso a esses espaços e excluem deles as classes populares. A relação pode entender-se como de *exploração de status* se admitirmos que um reforço do *status* é tanto maior quanto mais selectivo for o fechamento discricionário no sentido descendente. Efectivamente, o uso do poder entre os *status* superiores e os *status* inferiores beneficia os primeiros a expensas dos segundos.

5. Diferenciação social e usos do lazer

Para terminar esta reflexão, gostaria de fazer uma referência, embora

sumária, aos diferentes modelos de uso e de orientação de diferentes classes sociais em relação às práticas de lazer. A ilustração procura mostrar como os distintos modos de apropriação simultaneamente reflectem formas de demarcação social e processos de luta material e simbólica, desde as elites às classes populares. Convém no entanto salientar que a diversidade de formas em que se multiplicam os usos do lazer, pelos lugares, temporalidades e práticas respeitantes a diferentes vivências, torna por vezes difícil proceder a classificações. Uma mesma prática (o acto de comer num restaurante, por exemplo) coloca em jogo aspectos que podem ir da situação mais rotineira à mais *requintada*, do *fast-food* quotidiano ao almoço de fim-de-semana em família, o que tem implicações do ponto de vista do *status* e das posições de classe. Em termos subjectivos, um acto vital do quotidiano torna-se, pelo princípio do prazer, numa prática de *ócio* que geralmente traduz situações socialmente diferenciadoras. Enquanto para uns o ideal é pagar pouco e comer muito, para outros é pagar muito para comer pouco, mas a abundância e o requinte nem sempre caminham juntos (Patmore, 1983, in Neto, 1993:16).

A substância da chamada *classe de lazer* de Veblen apoia-se fundamentalmente na sua proximidade com o poder e com o capital económico herdado de gerações anteriores. "A função governamental é uma *função predadora* e ela deriva integralmente do modo de vida arcaico da classe de lazer. Ela consiste no exercício da autoridade e do constrangimento sobre a população donde a classe de lazer retira a sua substância" (Veblen, 1970:254).

Não obstante Veblen identificar ainda uma outra categoria social relativamente próxima desta, a *classe de lazer secundária*, constituída acima de tudo por pessoas em declínio económico mas oriundas das antigas classes aristocráticas, no seu todo a *classe de lazer* desenvolve um conjunto de comportamentos e actividades quotidianas no sentido de afirmar e incrementar

o seu *status*, procurando distanciar-se das novas categorias em processo de ascensão económica. O seu traço distintivo afirma-se, acima de tudo, pela aversão ao trabalho e pelo revivalismo de alguns valores patrióticos e guerreiros, evidenciando a sua importância social através do que aquele autor designou por *lazer ostentatório*.

No modelo de Parker, a que atrás aludi, este autor sublinha que o lazer é moldado através da reacção ao trabalho, considerando, portanto, que essa é a sua principal dimensão estruturadora, mais do que o género ou a classe. Apesar disso, estabelece uma correlação entre os níveis de *status* e a sua articulação com o lazer: nos níveis ocupacionais de maior prestígio predomina o *modelo de extensão*, com maior obtenção de prazer e autonomia na esfera do trabalho; no caso dos trabalhadores manuais onde dominam os violentos ritmos de produtividade e a alienação, trata-se do *modelo de oposição*; e finalmente o *modelo de neutralidade* refere-se a situações mistas da classe média (Parker, 1983). Também para D'Épinay, nos *meios burgueses*, incluindo a fracção dos quadros superiores, verifica-se uma *promiscuidade* entre lazer e trabalho, a qual advém não só de o tipo de trabalho supor fundamentalmente o exercício de uma responsabilidade e de uma actividade (e não tanto o cumprimento de um horário de trabalho), mas ainda pela importância que nestes casos é assumida pelos objectivos de *carreira*. Assim, uma parte das actividades profissionais significa tanto investimento profissional como divertimento e sobrepõe a vida pública à vida privada. Dos *coktails* às *vernissages*, da participação obrigatória na vida cultural à prática de um desporto (um investimento calculado e por isso agendado na semana de trabalho), as actividades de tempos livres são colocadas ao serviço da carreira, no sentido de antecipar e modelar, sempre que possível, o futuro (D'Épinay, 1982: 217).

Nas classes populares, a prática do lazer é, ao invés, claramente distinta e

até oposta à esfera do trabalho, como refere Parker. Uma das razões apontadas para este facto reside nos constrangimentos exercidos na produção, bem como nas dificuldades de ascensão e de carreira profissional. Ao contrário do trabalho, onde o que conta são os resultados produtivos, no espaço do *tempo livre*, as exigências de convívio e de divertimento com a família e os amigos traduzem-se em práticas sociais onde o resultado conta menos do que a participação (D'Epinay, 1982:202).

Deve assinalar-se também que no próprio seio da classe trabalhadora se verifica uma cisão entre o universo da fábrica, por um lado, e o universo do escritório, onde o esforço físico é mais reduzido, por outro. A esta clivagem no *status* profissional corresponde, na esfera dos tempos livres, o que poderá designar-se como *lazeres especializados*. No caso da classe operária, trata-se de relações de lazer de tipo integrado e holista em que não existe distinção entre as vertentes física/intelectual, corpo/espírito, energia/informação, as quais se combinam em doses mais ou menos equilibradas em diversas práticas.

Esta abordagem entende os modelos de lazer como reflexo de diferentes subculturas. Ao contrário das classes polares acima referidas, no caso das *classes médias* a existência dessas subculturas é mais difícil de identificar devido ao carácter mesclado desta categoria. Enquanto os empregados de escritório menos qualificados, com baixas expectativas de ascensão profissional, adoptam estilos de lazer próximos das classes populares, os sectores mais elevados (quadros médios), por força do investimento na profissão, tendem a copiar modelos supostamente mais próximos das categorias superiores. Estas duas *fracções* têm, por sua vez, em comum o facto de constituírem o grupo social mais ligado ao consumo de massas — sendo, por isso, alvo privilegiado das estratégias publicitárias e dos *mass media*. Ao mesmo tempo, constituem o grupo mais propenso à especialização entre

actividades físicas e espirituais.

Algumas formas de utilização do tempo livre por parte dos sectores mais qualificados da classe operária e da fracção da *pequena burguesia de execução* (empregados com fracos recursos em capital económico e cultural) como por exemplo os *hobbies* dedicados à *bricolage*, visitas a castelos e monumentos, colecções e actividades de autodidactismo, são interpretadas por Bourdieu como sinais de *boa vontade cultural* e símbolos de uma disposição ascética que indicam a ambição de mobilidade ascendente por parte desta classe (Bourdieu, 1979:453). As ocupações recreativas dos *white-collar* apelam mais a actividades de exercitação do corpo, ou seja, actividades compensatórias de práticas profissionais sedentárias que não mobilizam suficientemente a energia física. Noutros casos, fala-se por vezes em lazeres "desenvolvimentistas", quando eles surgem em sintonia e na sequência de competências e atitudes mobilizadas no quadro do emprego. De um modo geral pode, pois, dizer-se que a tendência para a especialização do lazer se vai acentuando à medida que subimos na escala social, das classes populares para as classes dominantes.

Em suma, a conexão entre classes e lazer recusa a ideia de que o lazer resulta de uma evolução *natural* ou de um processo tecnológico conduzido pacificamente no sentido do acesso generalizado e indiferenciado ao lazer, devendo antes ser considerado um campo de luta quer de ordem material, quer simbólica. Como procurei mostrar, as *relações de lazer* parecem enquadrar-se, por um lado, num esquema de reprodução social e de submissão à *massificação consumista* mas, por outro lado, constituem um espaço de práticas sociais e de identidade colectiva com capacidade estruturante da luta de classes. Esta combinação de elementos de controlo com elementos de liberdade surge, paradoxalmente, como um traço marcante do campo do lazer,

cuja ambiguidade parece coincidir com a raiz etimológica da própria palavra — lazer=*licere* que no latim significa "ser autorizado" ou "ser legalizado".

Referências Bibliográficas

- Bourdieu, P. (1975), "Les titres et le poste: rapports entre le système de production et le système de reproduction", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 2.
- Bourdieu, P. (1979), *La Distinction - Critique Sociale du Jugement*, Paris, Minuit.
- Bourdieu, P. (1987), "What Makes a Social Class? On the Theoretical and Practical Existence of Groups", *Berkeley Journal of Sociology*, vol. XXXII.
- Burawoy, Michael (1979), *Manufacturing Consent*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Burawoy, Michael (1985), *The Politics of Production*, Londres, Verso.
- Burawoy, Michael (1988), "Peindre le Socialisme", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 75.
- Clarke, J. e Critcher, C. (1985), *The Devil Makes Work*, Londres, Mac Millan.
- D'Epina et al. (1982), *Temps Libres - Culture de Masse et Culture de Classe Aujourd' hui*, Paris, Favre.
- Dawson, Don (1986), "Leisure and Social Class: Some Neglected Theoretical Considerations", *Leisure Sciences*, vol. 8, nº 1.
- Dawson, Don (1988), "Social Class in Leisure: Reproduction and Resistance", *Leisure Sciences*, vol. 10.
- Desrosières, A., Goy, Alain e Thévenot, L. (1983), "L'Identité sociale dans le travail statistique — la nouvelle nomenclature des professions et catégories socioprofessionnelles", *Economie et Statistique*, nº 152.
- Eder, Klaus (1993), *The New Politics of Class*, Londres, Sage.
- Eyerman, R, e Jamison, A. (1991), *Social Movements, A Cognitive Approach*, Cambridge, Polity Press/Basil Blackwell.
- FNAT-Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, *Ano XX*, s/d.
- Gama, António e Santos, Norberto (1991), "Tempo Livre, Lazer e Terciário", *Cadernos de Geografia*, nº 10, Coimbra, I.E.G..
- Giddens, A. (1975), *A Estrutura de Classes nas Sociedades Avançadas*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Golthorpe, John (1980), *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*,

- Oxford, Oxford University Press.
- Gorz, André (1980), *Adieux au Prolétariat*, Paris, Galilée.
- Gramsci, António (1985), *Selections From Cultural Writings*, Londres, Lawrence & Wishart.
- Grazia, Victoria de (1981), *The Culture of Consent*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Heron, Peter (1991), "The institutionalization of leisure: cultural conflict and hegemony", *Society and Leisure*, vol. 14, nº 1, Press de l' Université du Québec.
- Laclau, E. e Mouffe, C. (1985) *Hegemony and Socialist Strategy*, Londres, Verso.
- Merllie, Dominique (1983), "Une nomenclature et sa mise en œuvre — les statistiques sur l'origine sociale des étudiants", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 50.
- Neto, Adriano (1993), "Classes, Tempo Livre e Lazer", Trabalho no âmbito da cadeira de Sociologia das Classes e da Estratificação, Coimbra, FEUC.
- Offe, C. e Wiesenthal, H. (1984), "Duas lógicas da acção colectiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização" in Offe, C., *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Offe, Claus (1984), *Contradictions of the Welfare State*, Cambridge, MIT Press.
- Parker, Stanley (1983), *Leisure and Work*, Allen & Unwin.
- Parkin, Frank (1979), *Marxism and Class Theory - A Bourgeois Critique*, Londres, Tavistock.
- Patmore, J. Allan (1983), *Recreation and Resources Leisure Patterns and Leisure Places*, Londres, Basil Blackwell.
- Pina, Paulo (1988) *Portugal, O Turismo do Século XX*, Secretaria de Estado do Turismo.
- Roemer, John (1986), *Value, Exploitation and Class*, Londres, HAP.
- Roberts, K. (1970), *Leisure*, London, Longman.
- Rojek, Chris (1985), *Capitalism and Leisure Theory*, London, Tavistock.
- Stedman-Jones, G. (1977) "Class expression versus social control? A critique of recent trends in the social history of 'leisure'", *History Workshop*, 4.
- Therborn, Göran (1980), *The Ideology of Power and the Power of Ideology*, Londres, Verso.

- Thompson, E. P. (1987) *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, (vols. I, II e III).
- Touraine, Alain (1992), "Two Interpretations of Contemporary Social Change", in Haferkamp, Hans e Smelser, Neil J. (eds), *Social Change and Modernity*, Berkeley, University of California Press.
- Urry, John (1982), "As práticas da sociedade civil" in *Anatomia das Sociedades Capitalistas - a economia, a sociedade civil e o Estado*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Veblen, Thorstein (1970), *Théorie de la Class de Loisir*, Paris, Gallimard.
- Weber, Max (1944), *Economia y Sociedad*, Mexico, Fondo de Cultura Económica.
- Wright, Erik Olin (1985), *Classes*, Londres, Verso.